



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA - FUP
GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM AGRONEGÓCIO

LUAN LUSTOSA NICOLAU DE OLIVEIRA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

BRASÍLIA-DF

2013

LUAN LUSTOSA NICOLAU DE OLIVEIRA

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Relatório Final de Estágio Supervisionado
Obrigatório do curso de Gestão do
Agronegócio da Faculdade UnB Planaltina
para obtenção do diploma de graduação,
sob orientação do professor Dr. Mauro
Eduardo Del Grossi.

BRASÍLIA-DF

2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus por tudo que me proporciona na vida. Aos meus pais, por serem responsáveis pela a formação da minha pessoa e pelo amor incondicional. A meu irmão, pelo companheirismo e a amizade. As pessoas maravilhosas que tive o privilégio de conhecer e que estarão sempre em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado uma vida iluminada e cheia de alegrias. Por ser tão misericordioso e bondoso comigo.

Agradeço também a minha família, que foi a rocha na qual eu pude me apoiar nos momentos mais difíceis da minha trajetória. Agradeço especialmente a minha mãe Waltina Campos Lustosa e meu irmão Lucas Lustosa, que sempre me apoiaram e me ajudaram em todas as dificuldades que enfrentei mostrando os verdadeiros valores de uma família. Agradeço a meu pai José Nicolau de Oliveira por ser responsável pela a formação do meu caráter. Agradeço também a meu padrinho Edson Batista dos Santos que é como um pai para mim.

Aos meus amigos que sempre estiveram me apoiando e desejando o melhor pra mim. Que sempre me ajudaram com o que eu precisasse independente do tamanho do problema. Pessoas que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Especialmente à: Guilherme Ramos, Elias Duarte, Davi Odaguri, Márcio Alves, Wedson Renê, Glauber Oliveira, Attila Barros, Thiago Moraes, Guilherme Goes, Maike Junior, Kelvin Lucas, Genebaldo Rios, Fernanda Kucharski e Laís Ferraz.

À minha namorada e grande amiga Lorrane Alves Ribeiro, por ser uma excelente companheira que me incentivou e me ajudou em todos os momentos. Por ser um exemplo de pessoa, que me ensina muito. Por cuidar de mim e ser luz na minha vida.

Aos meus professores, por me passarem seus conhecimentos e experiências, me engrandecendo como profissional e como pessoa. Agradeço especialmente ao meu orientador Mauro Eduardo Del Grossi, pelo direcionamento e ajuda na realização desse relatório, me ajudando bastante nos momentos necessários e sendo um grande exemplo de profissionalismo e competência.

À Administração de Planaltina, especialmente a Gerência de Apoio Rural, que me concedeu a oportunidade de realizar o estágio. Agradeço ao meu supervisor Daniel Azevedo, que me ajudou sempre que necessário sendo prestativo e compreensivo. E também por seus conselhos valiosos. Agradeço também a Eduardo Rodrigues e Márcia Ribeiro por serem grandes companheiros.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Autor: LUAN LUSTOSA NICOLAU DE OLIVEIRA

Orientador: Prof. Mauro Eduardo Del Grossi

RESUMO

O presente trabalho faz parte do cumprimento da disciplina Estágio Curricular Supervisionado do curso Gestão do Agronegócio do campus Planaltina, com finalidade de conclusão do curso. O estágio supervisionado foi realizado na Administração Regional de Planaltina - DF que tem como missão atender as necessidades coletivas, visando garantir o bem estar público. Nas áreas rurais, a Administração Regional articula as várias esferas do poder público, para aplicação dos programas de apoio ao agricultor familiar em conjunto com a EMATER e a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) no qual consiste o tema deste relatório. O objetivo deste trabalho é apresentar o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado pelo Decreto nº 37.106, de 31/03/1955 e modificado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. É mais uma das iniciativas do Governo Federal para incentivar a agricultura familiar do Brasil. O PNAE possui características apropriadas para incentivar a produção da agricultura familiar, aumentando qualidade de vida da população rural, através do aquecimento da economia local, e simultaneamente levando uma melhoria na qualidade da alimentação das escolas públicas com alimentos saudáveis e de boa qualidade. O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como um dos seus objetivos, cooperar para erradicar o baixo rendimento educacional e a redução da evasão escolar. Apesar da política social de alimentação escolar não visar eliminar a desnutrição infantil é importante reconhecer o fato de representar um importante meio de acesso à alimentos necessários ao crescimento e ao aprendizado dos estudantes. Além disso, os recursos destinados à compra da merenda escolar podem representar para a comunidade uma possibilidade de desenvolvimento sustentável propiciando uma nova perspectiva de exploração dos recursos naturais locais.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), agricultura familiar, alimentação das escolas públicas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção de produtos selecionados 2006 – Lei da Agricultura Familiar.....	15
Tabela 2: Tabela de Agricultura Familiar e o Censo Agropecuário de 2006 do Distrito Federal.	17
Tabela 3: Tabela de Agricultura Familiar e o Censo Agropecuário de 2006 do Distrito Federal (continuação).	18
Tabela 4: Distribuição dos agricultores familiares no DF.	20
Tabela 5: Recursos Financeiros e Alunos atendidos pelo PNAE.	24
Tabela 6: Alunado por ação do programa no DF.	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Principais políticas sugeridas pelo Projeto Fome Zero para superação da fome.	13
Figura 2: Eixos, Programas e Ações do Fome Zero.	14
Figura 3: Produtos da agricultura familiar no DF em 2012.....	16
Figura 4: Distribuição dos agricultores familiares no DF.	20
Figura 5: Objetivos PNAE.....	22
Figura 6: Quem compra e quem vende PNAE.	25
Figura 7: Operacionalização do PNAE.	26

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS.....	9
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3.1. HÍTORICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	10
3.2. AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL	15
3.3. DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF.....	18
4. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	21
4.1. OPERACIONALIZAÇÃO DO pnae.....	25
4.2. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. INTRODUÇÃO

O crescimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no cenário político é processo recente no nosso país. A categoria agricultura familiar vem ganhando cada vez mais espaço, como modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores. Entretanto, mesmo que o crescimento dessa categoria seja apresentado como algo novo no cenário nacional, o histórico de lutas dos grupos de agricultores que vieram a conquistar o seu espaço é longo com muitos conflitos sociais e políticos (MULLER, 2007).

Foram criadas políticas públicas específicas de estímulo aos agricultores familiares, iniciando com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, em 1995. Porém, a competição com a agricultura patronal é muito desigual. Estudos evidenciam a relevância da agricultura familiar na organização e na estruturação do espaço agrário no Brasil, mesmo que durante todos esses anos, este segmento da sociedade têm tido uma atenção menor no que engloba as políticas públicas e na atuação do Estado, quando comparados a outros segmentos, como a agricultura patronal (AZEVEDO; PESSÔA, 2011).

Mesmo com essa diferenciação, a agricultura familiar vem contribuindo para o desenvolvimento social e para equilibrar o país (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011), porque através da grande quantidade de produtores que fazem parte desse grupo, é um setor em constante crescimento extremamente importante para a população, produzindo mais da metade dos alimentos que são consumidos pelo povo brasileiro.

De acordo com Del Grossi *et al.* (2010), apesar da agricultura familiar cultivar uma área menor com lavoura e pastagens do que a agricultura não familiar, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

Continuando a destacar a importância da agricultura familiar em ser a principal produtora de alimentos básicos para a população, Del Grossi *et al.* (2010) em um levantamento da participação da agricultura familiar cita no Censo de 2006 que:

“O Caderno da Agricultura Familiar destaca a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produzia 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão (sendo 77% do feijão-preto, 84% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54% do feijão-de-cor), 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica),

34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), possuía 59% do plantel de suínos, 50% do de aves, 30% dos bovinos, e produzia 21% do trigo.”

A prática de produção familiar é tida como uma das principais atividades de diversas famílias em várias regiões do país, e necessita ser fortalecida para gerar oportunidades para os produtores aumentando a empregabilidade e a renda. Fuscaldi (2010) relata que:

“Os pequenos agricultores familiares encontram uma grande dificuldade na comercialização dos seus produtos. Por se tratar essencialmente de bens de primeira necessidade e de baixo valor unitário, a quantidade consumida é relativamente pouco afetada pela variação de preços. No entanto, segundo a lei da oferta e da demanda, o preço varia consideravelmente diante de pequenas variações na quantidade ofertada.”

Por isso, é preciso garantir para esses produtores fácil acesso ao crédito, condições e recursos tecnológicos para a produção, manejo sustentável de seus estabelecimentos e garantias de comercialização da sua produção agrícola (NAZZARI et al, 2010).

Souza (2011) diz que até meados dos anos 90 não existia nenhum tipo de política pública voltada para o atendimento específico das necessidades dos pequenos produtores familiares. Foram em consequência as constantes lutas organizadas pelos trabalhadores rurais que se passou a vigorar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

As compras institucionais do governo são uma das alternativas à comercialização dos produtos agrícolas vindos da agricultura familiar, que dá aos agricultores destino da produção nos períodos de safra, ajuda a regular os preços de mercado e garantir renda aos produtores. Trazendo segurança de retorno do investimento e garantia de preço justo à produção. O que faz com que mais agricultores familiares se dediquem a produzir alimentos.

Nesse sentido, o presente trabalho irá abordar como surgiu a ideia e o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, sendo este uma política pública de fortalecimento da agricultura familiar no âmbito nacional.

Será mostrada também, a explicação de como é feita a operacionalização do PNAE no DF, trazendo algumas dificuldades e recomendações de execução ao Programa.

2. OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo, apresentar uma política pública de âmbito nacional voltada à agricultura familiar no Distrito Federal – o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Distrito Federal (PNAE) – explicando como foi criado, como é feita sua operacionalização e relatando algumas dificuldades, e por fim, com algumas recomendações na execução deste programa.

Como objetivos específicos, será mostrado, ainda, um breve histórico das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Também será pesquisada através de roteiros elaborados, a realidade do produtor e de alguns agentes que fazem parte do programa.

O objetivo deste trabalho é de levar ao leitor e ao público acadêmico, um entendimento maior de um programa que não é tão abordado quantos os outros programas elaborados para fins semelhantes, visualizando as dificuldades encontradas por cada ator envolvido na execução do PNAE, e que consequentemente, assuntos e teorias relacionadas a este programa, possam ser mais abordadas e desenvolvidas no cenário acadêmico.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho está dividido em cinco capítulos incluindo a introdução e o objetivo do trabalho. O capítulo três está dividido em três seções que apresentam a base teórica para o entendimento sobre políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, agricultura familiar no Distrito Federal e os critérios de aptidão para o DAP. Na primeira seção, será abordado sucintamente como se deu a história das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar chegando até a criação de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Na segunda seção, será apresentada a caracterização da agricultura familiar no Distrito Federal bem como os fatores de destaque que caracterizam o desempenho dessa atividade na região. A última seção do capítulo três irá abordar sobre a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) que é uma ferramenta essencial para os participantes dos programas já mencionados.

Posteriormente, no capítulo quatro, será apresentado sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que é um programa que visa beneficiar os alunos das escolas públicas com uma alimentação saudável com qualidade e também visa o fortalecimento e incentivo a produção da agricultura familiar. Para o maior entendimento deste capítulo foram feitas entrevistas com técnico responsável pelo programa, como também um produtor participante que fornece alimentos e os responsáveis pelo o funcionamento e preparação dos alimentos nas escolas que fazem parte do programa com o intuito de enxergar a realidade exposta por cada visão distinta, os pontos fortes e fracos e um feedback sobre o programa e execução do programa no DF. No término deste trabalho, o capítulo cinco expõem as considerações finais.

3.1. HÍTORICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, as décadas de 1960 e 1970 são marcos da intervenção do Estado na agricultura, configurando a presença de uma “política agrícola ativa” (DELGADO, 1995 citado por GRISA, 2012, p. 18). Buscando transformar o meio rural e modernizar a agricultura, implementando uma estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização por substituição de importações, o Estado assume de forma explícita o processo de capitalização do campo. Os principais produtos favorecidos foram aqueles considerados como modernos, associados aos interesses da agroindústria e destinados à exportação ou à substituição de importações, como soja, trigo, cana-de-açúcar, café e laranja. Em relação aos produtores, foram privilegiados os grupos sociais com tradição mercantil e organizados em

associações de produtores. Aos agricultores familiares reconhecidos como produtores de baixa renda, pequenos agricultores, produtores para a subsistência. Ficaram as consequências das políticas de modernização da agricultura, como o endividamento, o desemprego, a perda da terra, o êxodo rural e agrícola e a degradação dos recursos naturais (GRISA, 2012).

Entretanto, somente em meados da década de 90 que os agricultores familiares tornaram-se alvos das políticas públicas com uma maior intensidade. De acordo com Grisa (2012):

“A criação do PRONAF em 1995 marcou o reconhecimento do Estado à categoria social agricultura familiar e legitimou a reivindicação dos movimentos sociais e sindicais por políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem as suas especificidades.”

Del Grossi e Marques (2010) destacam alguns dos principais momentos da trajetória de reconhecimento pelo Estado brasileiro, ao tratar da evolução das políticas públicas destinadas à agricultura familiar como a remonta ao Estatuto da Terra de 1964 e à Constituição Federal de 1988 que se desdobrou na caracterização do Segurado Especial do Regime Geral da Previdência Social, passando pela criação do Programa de Geração de Emprego e Renda no Setor Rural e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1995, chegando à sanção da Lei 11.326/2006, também conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”. Essa lei estabeleceu conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem como intuito principal estabelecer diversas ações e garantir os recursos para o apoio às atividades produtivas do segmento da agricultura familiar no Brasil. O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social representada por agricultores familiares, que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004).

Em relatório de pesquisa sobre o PRONAF, (ABRAMOVAY 2002, citado por SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004) ressaltou que, ao longo dos seus seis anos de existência, o programa forjou três importantes inovações, a saber: o reconhecimento dos agricultores familiares como protagonistas das políticas públicas; a criação de um processo de

negociação entre os agricultores e suas organizações e o governo; e o estabelecimento de um enfoque territorial para as políticas públicas.

Dessa maneira, o reconhecimento político de novos atores do mundo rural quebrando o monopólio dos grandes produtores e do agronegócio, abriu a possibilidade ao desenvolvimento de uma infinidade de projetos inovadores e contribui para demonstrar que o leque das transformações do mundo rural admite múltiplas alternativas e possibilidades (GARCIA JR E HEREDIA, 2009 citado por DEL GROSSI; MARQUES; FRANÇA, 2010).

Em seguida ao PRONAF, e como consequência do reconhecimento da agricultura familiar pelo poder público e pela sociedade, outras políticas foram elaboradas visando esta categoria social porque os agricultores familiares perceberam que o PRONAF já não era suficiente e que seria necessário que o Estado buscasse mecanismos que melhorassem a infraestrutura e o acesso aos mercados e à comercialização.

O Pronaf representa um marco importante da luta pelo reconhecimento da agricultura familiar. No entanto, análises indicam que o programa, desde sua origem, restringe-se ao aporte de crédito, sobretudo de custeio aos agricultores familiares. Em razão da maior organização social e política do segmento familiar, as reivindicações são ampliadas para além de crédito e assistência técnica. Sobretudo a partir dos anos 2000, temas como comercialização da produção, acesso a mercados e garantia de preços figuram entre as principais reivindicações dos movimentos de agricultores familiares (MÜLLER, 2007, p. 12).

Outras políticas públicas foram elaboradas, mas a maior parte delas é complementar ou tributária das próprias características do PRONAF. Uma política que se diferencia é o Programa de Aquisição de Alimentos, o qual articula a compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares a ações de segurança alimentar e nutricional. Trata-se do encontro da política agrícola com a política de segurança alimentar e nutricional, o que implica uma determinada interpretação de segurança alimentar e uma dada compreensão da política agrícola e da agricultura familiar (GRISA, 2012).

O PAA foi lançado em 2003 em conjunto com as políticas de fome zero no país. O PAA adquire produtos da agricultura familiar para atender a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e contempla a formação de estoques estratégicos, permitindo a armazenagem da produção para venda em momento mais oportuno. Entre 2003 a 2009 foram investidos mais de R\$ 2,5 bilhões na compra de produtos alimentares de mais de 760 mil agricultores familiares, destinados para suprir as necessidades nutricionais de 7,5 milhões de pessoas anualmente (DEL GROSSI; MARQUES; FRANÇA, 2010).

Este conjunto de políticas estruturais que visavam melhorias na renda e o aumento da oferta de alimentos básicos e a sua articulação podem ser visualizados na Figura 1.

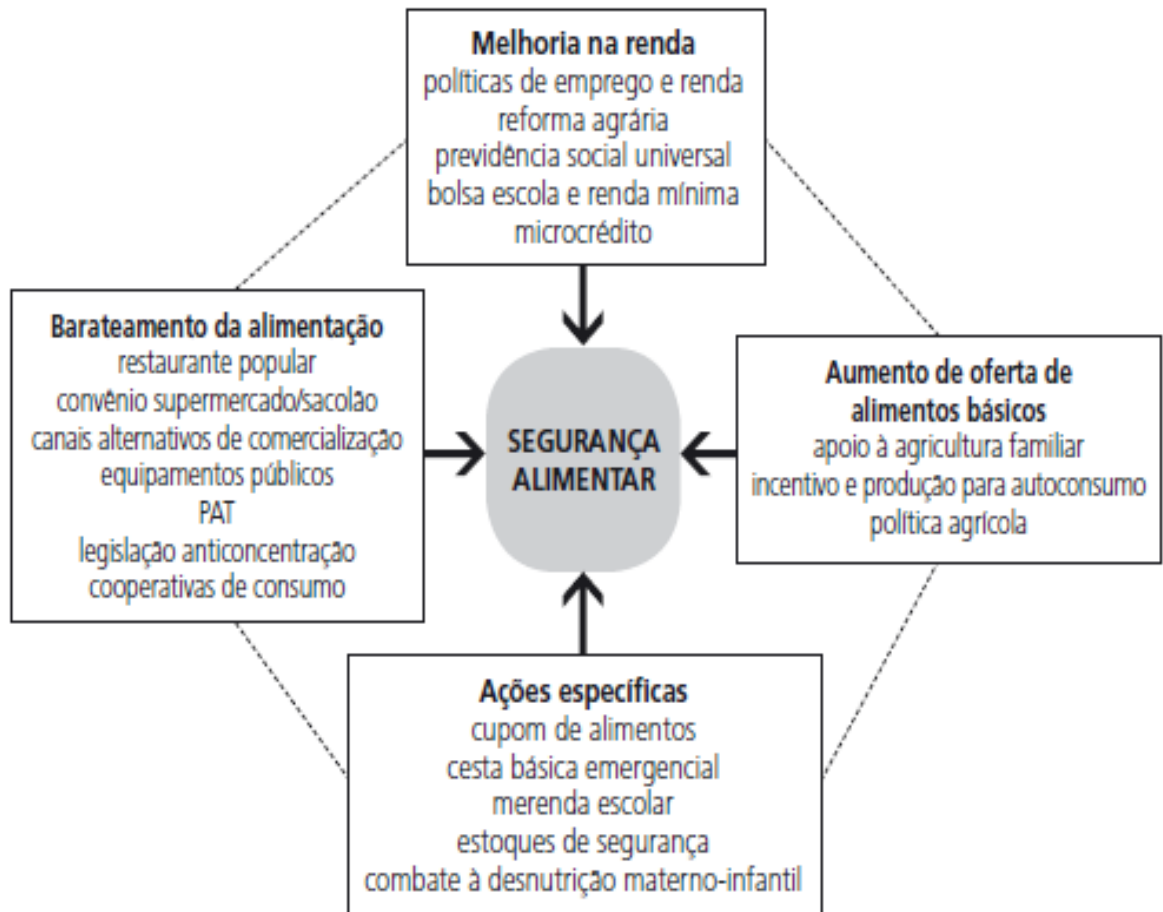


Figura 1: Principais políticas sugeridas pelo Projeto Fome Zero para superação da fome.

Fonte: Instituto da Cidadania (2010).

De acordo com DEL GROSSI *et al.* (2010) na cartilha do projeto Fome Zero, as ações do Fome Zero enquadram-se em quatro eixos articuladores. Dentro desses eixos estão os programas restritos a agricultura familiar como o PAA e PNAE, que podem ser vistos na figura 2.

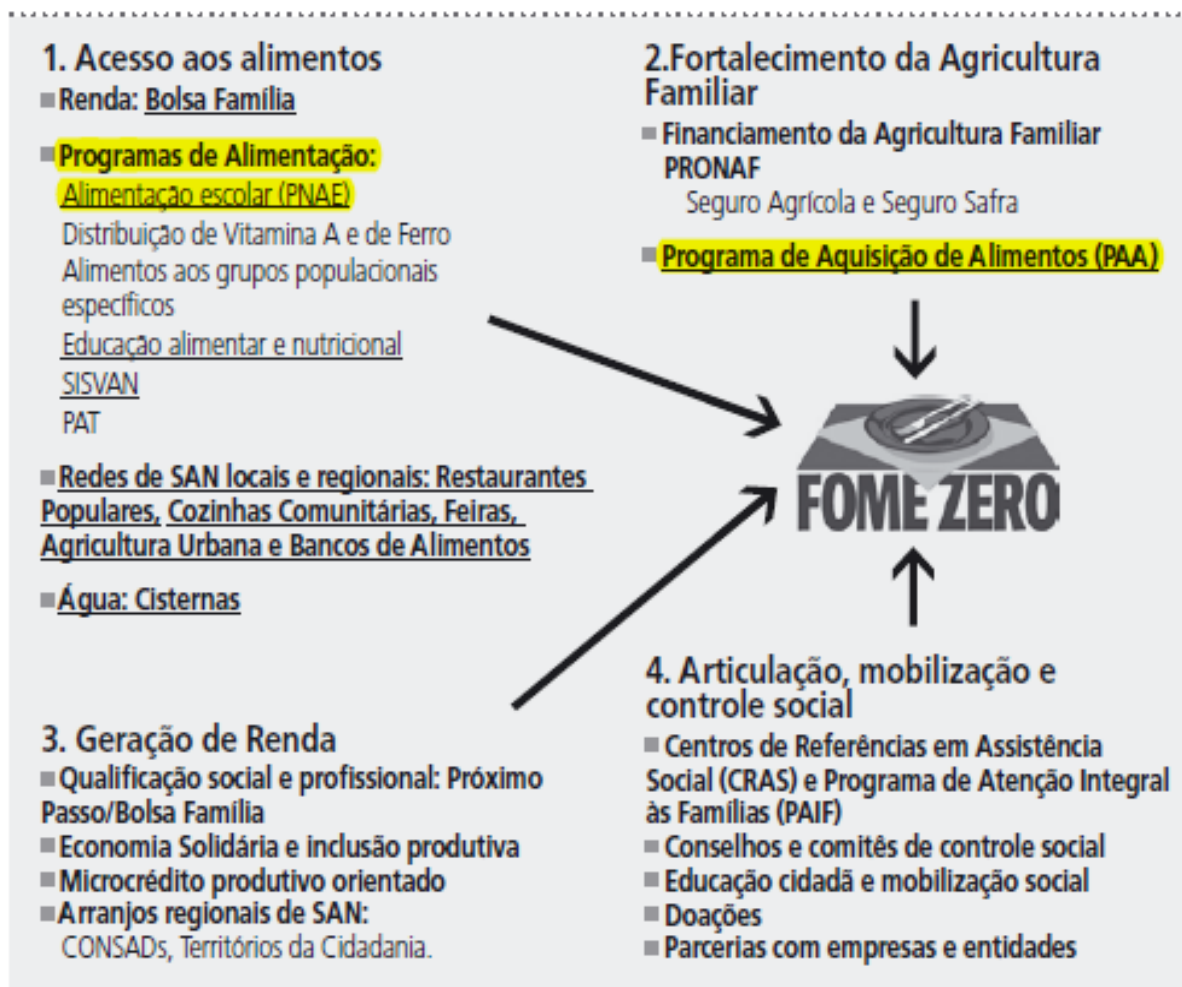


Figura 2: Eixos, Programas e Ações do Fome Zero.

Fonte: Instituto da Cidadania (2010).

Os objetivos básicos do PAA é incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, assegurar a comercialização contribuindo para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade pelas populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e colaborar na formação de estoques.

Avaliando de modo geral Delgado *et al.* (2005) diz que:

“O programa tem contribuído à recuperação dos preços recebidos pelos agricultores, havendo casos em que o simples anúncio da compra pública de determinado produto foi suficiente para elevar os preços agropecuários. Em algumas situações, o mercado local absorve a produção antes mesmos das compras públicas serem efetuadas, o que dispensa a realização das mesmas (caso de compras públicas para a formação de estoques, por exemplo, cujo um dos objetivos é a elevação dos preços).”

O PAA é a primeira política agrícola nacional para a agricultura familiar que se articula com a política de segurança alimentar e nutricional. Conforme mencionou Grisa (2012).

“Um dos aspectos inovadores desse instrumento de política pública consiste no esforço por integrar, não apenas em sua concepção, mas também nos aspectos

práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas tanto à política agrícola como à política de segurança alimentar e nutricional.”

Ainda segundo Grisa (2012), o apoio à agricultura familiar, o estímulo a produções ecológicas e diversificadas, a incitação ao resgate, produção e consumo de alimentos locais, e o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social são elementos considerados no PAA e expressam a interface entre política agrícola e ações de segurança alimentar e nutricional. Neste sentido o PAA apresenta um referencial de política pública que se diferencia das demais políticas agrícolas existentes para a agricultura familiar.

Os dados do Censo Agropecuário contribuem para o reconhecimento da relevância econômica e social da agricultura familiar e representam indicadores de resultados das políticas públicas diferenciadas. A tabela 1 mostra a participação da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção (VBP) de produtos no país segundos os critérios da Lei da Agricultura Familiar.

Tabela 1: Participação da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção de produtos selecionados 2006 – Lei da Agricultura Familiar.

Produto	2006 – Lei AF
Mandioca	88,30%
Feijões	68,7%
Leite de vaca	56,4%
Suínos	51,0%
Milho	47,0%
Arroz	35,1%
Cafés	30,30%
Trigo	20,7%
Ovos	17,1%
Soja	16,90%

Fonte: FRANÇA et al., 2009.

Desse modo, com base em todas as informações apresentadas, a agricultura familiar se torna cada vez mais importante e essencial para o nosso país. As políticas públicas de apoio à agricultura familiar estão gerando resultados extremamente positivos para o Estado, já que estão sendo políticas bem sucedidas nos seus resultados.

3.2. AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL

De acordo com Orsi (2001), a agricultura no DF tem uma dinâmica diferenciada de desenvolvimento em relação ao restante do país por ser uma região com um tamanho

territorial menor que todas as outras do país por isso, pode se dizer que a produção patronal está distribuída na sua maioria em pequenas propriedades o que faz com que sejam feitas inovações tecnológicas custeadas pelo capital patronal que futuramente poderão ser adaptadas para a agricultura familiar. Além disso, o mercado no Distrito Federal com grande potencial de consumo de alimentos se concentra próximo das áreas rurais e também existe a presença do Estado com seus instrumentos de assistência técnica, fomento e concessão de uso das terras rurais.

O acréscimo de produtividades agrícolas do DF foram decorrentes da difusão de tecnologias inovadoras apropriadas e adotadas como a introdução de novos cultivares, manejo correto dos solos e água, adubação de plantio e cobertura, manejo integrado de pragas e doenças, irrigação, cultivos de safrinhas, plantio direto, sistemas de cultivos protegidos, mecanização com plantadeiras de alta precisão, melhoria da comercialização através da padronização e classificação, manejo pós-colheita, exportação, uso racional dos recursos naturais, e a Assistência Técnica e Extensão Rural em todo o território do Distrito Federal (EMATER-DF, 2013).

Entre os produtos da agricultura familiar, os legumes correspondem a mais da metade do que é produzido pelos agricultores. A produção de frutíferas também se destaca principalmente a laranja e a goiaba de acordo com os dados da Emater como mostra a figura abaixo.

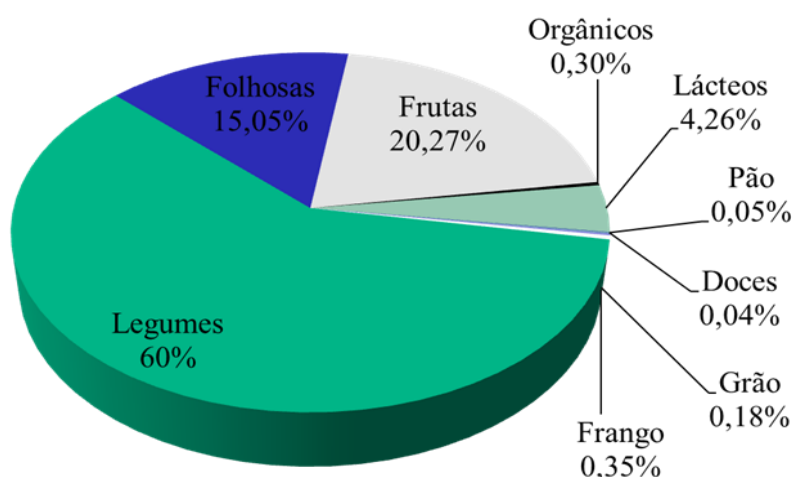


Figura 3: Produtos da agricultura familiar no DF em 2012
Fonte: EMATER-DF

Os agricultores familiares do DF produzem diversos tipos de produtos reduzindo os riscos ocasionados por quebra de produção, inflação dos preços dos alimentos e ainda garante a venda de todos os seus produtos para diferentes mercados e programas de incentivo à agricultura familiar no DF. Um dos motivos para essa eficiência produtiva é obtida através da assistência técnica prestada pela EMATER-DF junto aos programas institucionais, que além de gerarem renda aos produtores rurais familiares, também trazem benefícios como a melhoria no manejo de produção e a melhoria na qualidade dos produtos (ÁVILA, 2011).

No Distrito Federal, os produtores familiares recebem informações e apoio da extensão rural, EMATER-DF, em todas as fases da cultura, na construção de agroindústrias e na elaboração de projetos de crédito. Há anos a EMATER-DF vem desenvolvendo estudos da viabilização da implantação de diversas culturas nas propriedades familiares do Distrito Federal. É preciso uma integração da cadeia produtiva desde a produção de mudas até o consumidor final de modo a promover o desenvolvimento da comercialização do produto no Distrito Federal (BORGES, 2011).

De acordo com Ávila (2011)

“A assistência técnica do DF é bastante qualificada e dotada de recursos financeiros, além de concentrar um número grande de profissionais e técnicas qualificadas (no sentido de tecnologias) que por muitas vezes trabalham para o desenvolvimento de nichos, ou segmentos específicos de mercado onde o AF não possui acesso, como é o caso do mercado de produtos orgânicos.”

E para finalizar essa cessão serão mostradas duas tabelas do Censo Agropecuária de 2006 com diversas informações da agricultura familiar no Distrito Federal como o número de estabelecimentos, valor bruto da produção, quantidade de mão de obra, participação da agricultura familiar na produção de produtos agropecuários, produtividade e outros.

Tabela 2: Tabela de Agricultura Familiar e o Censo Agropecuário de 2006 do Distrito Federal.

Distrito Federal		
2) Agricultura Familiar (critério da Lei 11.326)		
Item	2006	%
Estabelecimentos	1.824	46%
Área dos estabelecimentos (ha)	10.867	4%
Pessoal ocupado (pessoas)	6.481	29%
- com 14 anos ou mais de idade	6.274	29%
Valor bruto da produção (R\$ milhões)	47	11%

Fonte: FRANÇA et al., 2009.

Tabela 3: Tabela de Agricultura Familiar e o Censo Agropecuário de 2006 do Distrito Federal (continuação).

3) Indicadores de produtividade da agricultura familiar			
Item	Familiar		Não familiar
Mão de obra (pessoas / 100 ha)	59,6		6,6
VBP anual (R\$ / ha)	4.286		1.606
4) Evolução de 1995/1996 a 2006 (critério FAO/INCRA)			
Item	1995/1996	2006	variação
Estabelecimentos	634	2.360	272%
5) Participação da agricultura familiar na produção de alguns produtos agropecuários:			
Produto	Agricultura Familiares		
	Número de Estab.	% produção	
Arroz em casca	16	2%	
Feijão	356	1%	
Feijão preto	13	1%	
Feijão de cor	201	1%	
Feijão fradinho	142	8%	
Mandioca	520	43%	
Milho em grão	498	2%	
Soja	7	0%	
Trigo	0	0%	
Café	73	2%	
Café arábica	65	1%	
Café canephora (robusta, conilon)	8	11%	
Bovinos ^a	484	9%	
Leite	372	17%	
Leite de vaca	363	17%	
Leite de cabra	9	6%	
Aves ^a	882	5%	
Ovos de galinha	-	1%	
Suínos ^a	481	8%	
Nota: número de estabelecimento que declararam produzir os produtos.			
a - participação da agricultura familiar no número de cabeças em 31/12/2006.			

Fonte: FRANÇA et al., 2009.

3.3. DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF

A Declaração de Aptidão ao PRONAF é o instrumento que identifica os agricultores familiares e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

A Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP identifica a família como beneficiária do PRONAF, sendo documento obrigatório para acessar as linhas de crédito

disponíveis. Mostra a que grupo a família pertence e possibilita outros benefícios assegurados pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a exemplo da compra direta, a comercialização de matéria-prima do biodiesel, entre outras (PÉRSICO, 2011).

Segundo Souza Filho *et al.* (2004), o agricultor deve procurar o serviço de assistência técnica ou sindicato rural (de trabalhadores rurais ou patronal) para obter a Declaração de Aptidão e receber as informações e orientações necessárias.

Além dos agricultores familiares, são também beneficiários e devem ser identificados por Declarações de Aptidão ao Pronaf para realizarem operações ao amparo do Programa: pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais explorando a atividade como autônomos com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais, extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável, silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes, aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água quando a exploração se efetivar em tanque-rede, quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas de beneficiamento e comercialização de seus produtos e indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas de beneficiamento e comercialização de seus produtos.

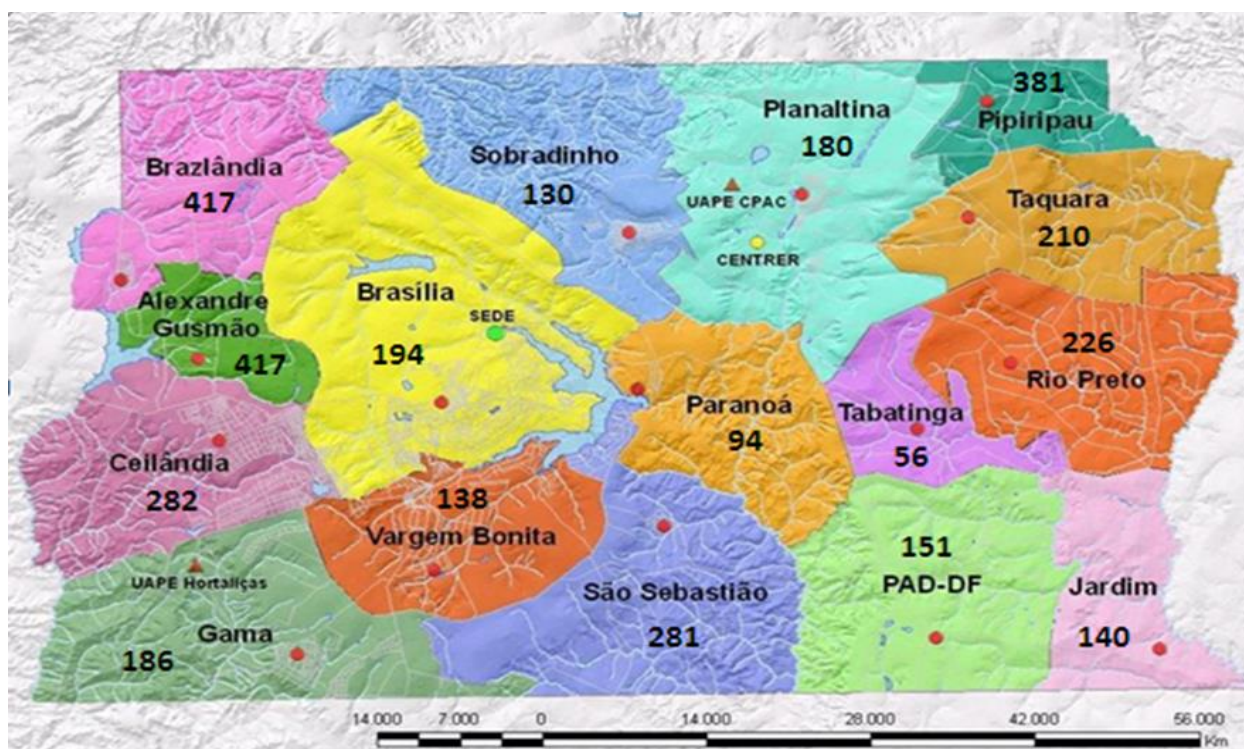
Segundo dados da Gerência de Programação e Orçamento da EMATER-DF, o Distrito Federal possui, hoje, 3.483 agricultores familiares com DAP, como mostra a tabela na página seguinte.

Tabela 4: Distribuição dos agricultores familiares no DF.

Unidade	Agricultores familiares com DAP
Alexandre Gusmão	417
Brasília	194
Brazlândia	417
Ceilândia	282
Gama	186
Jardim	140
Pad/DF	151
Paranoá	94
Pipiripau	381
Planaltina	180
Rio Preto	226
São Sebastião	281
Sobradinho	130
Tabatinga	56
Taquara	210
Vargem Bonita	138
Total	3483

Fonte: EMATER - DF.

O mapa a seguir mostra a distribuição desses agricultores em todo o território do Distrito Federal.

**Figura 4: Distribuição dos agricultores familiares no DF.**

Fonte: EMATER-DF, 2012

4. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi criado pelo decreto nº 37.106, de 31/03/1955 com o nome de Campanha da Merenda Escolar. Em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. No ano de 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais se destacavam os programas Alimentos para a Paz; o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos da FAO/ONU. Somente em 1979 o programa passa a ser chamado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O orçamento do programa para 2013 é de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor, R\$ 1,05 bilhão foram investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades (FNDE, 2013).

Explicitando a importância da Lei 11.947 no PNAE, Del Grossi *et al.* (2010) diz que:

“O Pnae existe há mais de cinquenta anos no Brasil, e foi sendo reformulado e atualizado ao longo destes anos. Possuía como uma de suas características a oferta de produtos alimentares que não eram comprados localmente, e que não tinham relação com os hábitos alimentares locais. Em 2009, com a publicação da Lei n. 11.947, esta realidade começou a ser transformada. A referida lei determina, em seu artigo 14, a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.”

Dessa forma, foi através dessa lei que vieram novos avanços para o PNAE, como a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e a garantia de que 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo geral atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar

dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. (FNDE, 2013).

No entanto, a alimentação na escola pode representar acesso a alimentos que o estudante não pode ter acesso por sua família apresentar renda insuficiente para adquirir esses alimentos. Na medida em que em muitas residências, só se pode oferecer uma das refeições, pois a falta de dinheiro pode tornar a alimentação da escola a única do dia e pode complementar os lanches trazidos de casa, que são muitas vezes inadequados para a nutrição dos alunos tanto em termos de qualidade quanto em termos de quantidade. Enfim, o ato de comer na escola pode adquirir maior representatividade em termos alimentares.

A figura 5 demonstra os objetivos do PNAE.

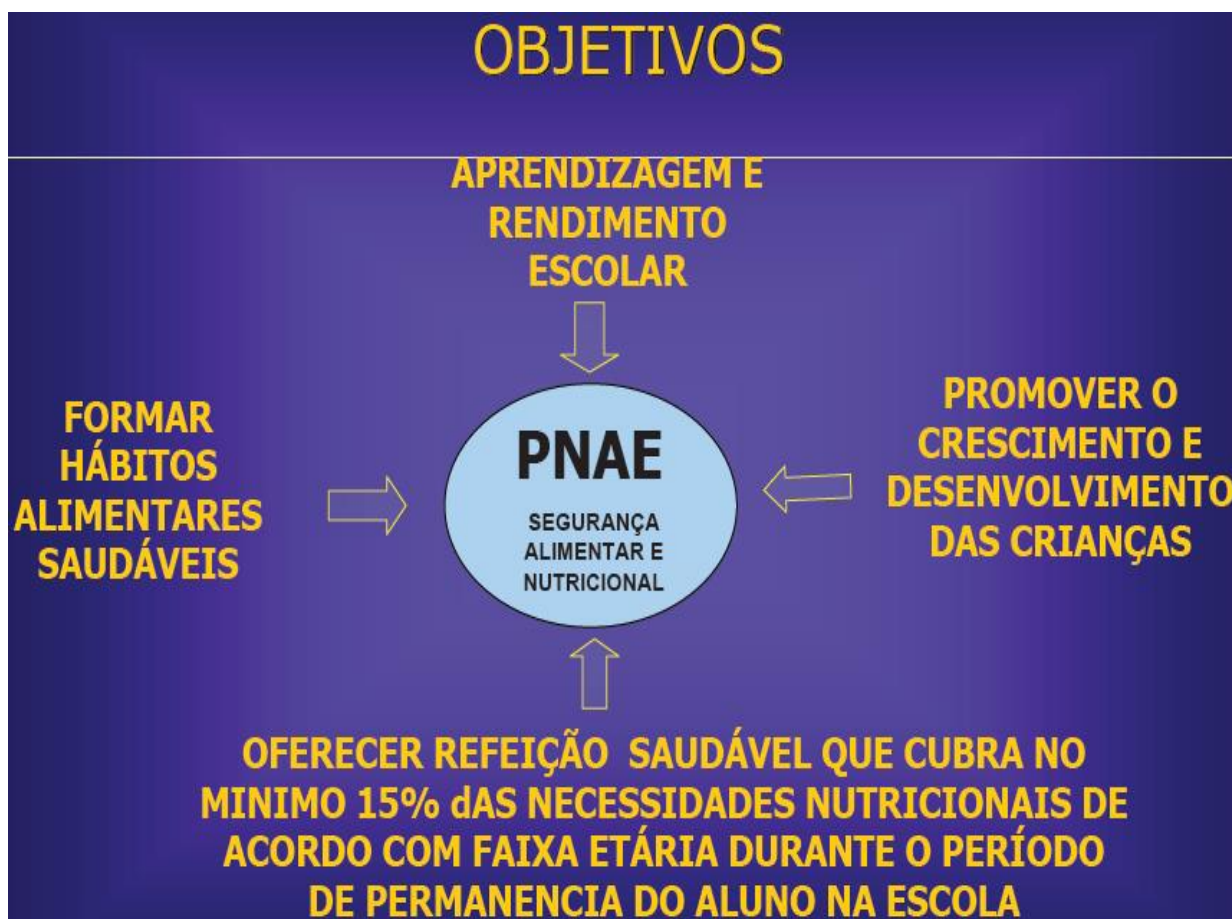


Figura 5: Objetivos PNAE.

Fonte: FNDE, 2013

Dentre os princípios básicos do PNAE estão: universalização, equidade, continuidade, descentralização e participação social. A universalização quer dizer que beneficia todos os alunos cadastrados no Censo Escolar, independentemente da condição social, raça, cor e etnia. A equidade significa que o tratamento igual para os alunos sadios e o

tratamento diferenciado para os alunos portadores de necessidades especiais. A continuidade garante o atendimento durante todo o ano letivo. A descentralização responsabiliza todos os entes federados. A participação social acompanha e controla a execução do programa ao promover ações voltadas ao fortalecimento e à instrumentalização dos Conselhos de Alimentação Escolar (FNDE, 2013).

Dentre as suas normas o PNAE apresenta o emprego da alimentação saudável e adequada, a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, o respeito aos hábitos regionais e às tradições culturais e o apoio ao desenvolvimento sustentável (FNDE, 2013).

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa de ensino (FNDE, 2013):

Creches – R\$ 1

Pré-escola – R\$ 0,50

Escolas indígenas e quilombolas – R\$ 0,60

Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos – R\$ 0,30

Ensino integral (Mais Educação) – R\$ 0,90

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público (FNDE, 2013).

O aumento dos recursos financeiros aplicados e o número de alunos atendidos pelo PNAE estão aumentando a cada ano como mostra a tabela 5 na página seguinte.

Tabela 5: Recursos Financeiros e Alunos atendidos pelo PNAE.

Ano	Recursos financeiros (em milhões de R\$)	Alunos atendidos (em milhões)
1995	590,1	33,2
1996	454,1	30,5
1997	672,8	35,1
1998	785,3	35,3
1999	871,7	36,9
2000	901,7	37,1
2001	920,2	37,1
2002	848,6	36,9
2003	954,2	37,3
2004	1.025	37,8
2005	1.266	36,4
2006	1.500	36,3
2007	1.520	35,7
2008	1.490	34,6
2009	2.013	47,0
2010	3.034	45,6
2011	3.051	44,4
2012	3.306	43,1

Fonte: FNDE, 2013

Os recursos financeiros para o PNAE provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no Orçamento da União. O FNDE transfere a verba às entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios). As entidades executoras têm autonomia para administrar o dinheiro e compete a elas a complementação financeira para a melhoria do cardápio escolar, conforme estabelece a Constituição Federal. A transferência é feita em dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, para a cobertura de 200 dias letivos. Cada parcela corresponde a vinte dias de aula. Do total, 70% dos recursos são destinados à compra de produtos alimentícios básicos, ou seja, semi-elaborados e in natura. A escola beneficiária precisa estar cadastrada no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O cardápio escolar, sob a responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, deve ser elaborado por nutricionista habilitado, e ser programado de modo a suprir, no mínimo, 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e das localizadas em áreas remanescentes de quilombos, e 15% para os demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental, respeitando os hábitos alimentares e a vocação agrícola da comunidade.

Sempre que houver a inclusão de um novo produto no cardápio, é indispensável a aplicação de testes de aceitabilidade (FNDE, 2013).

A figura 6 mostra o passo a passo de quem compra e vende no PNAE.



Figura 6: Quem compra e quem vende PNAE.

Fonte: MDA, 2012

4.1. OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE

O PNAE é operacionalizado em oito etapas conforme é demonstrado na figura 7 na próxima página.

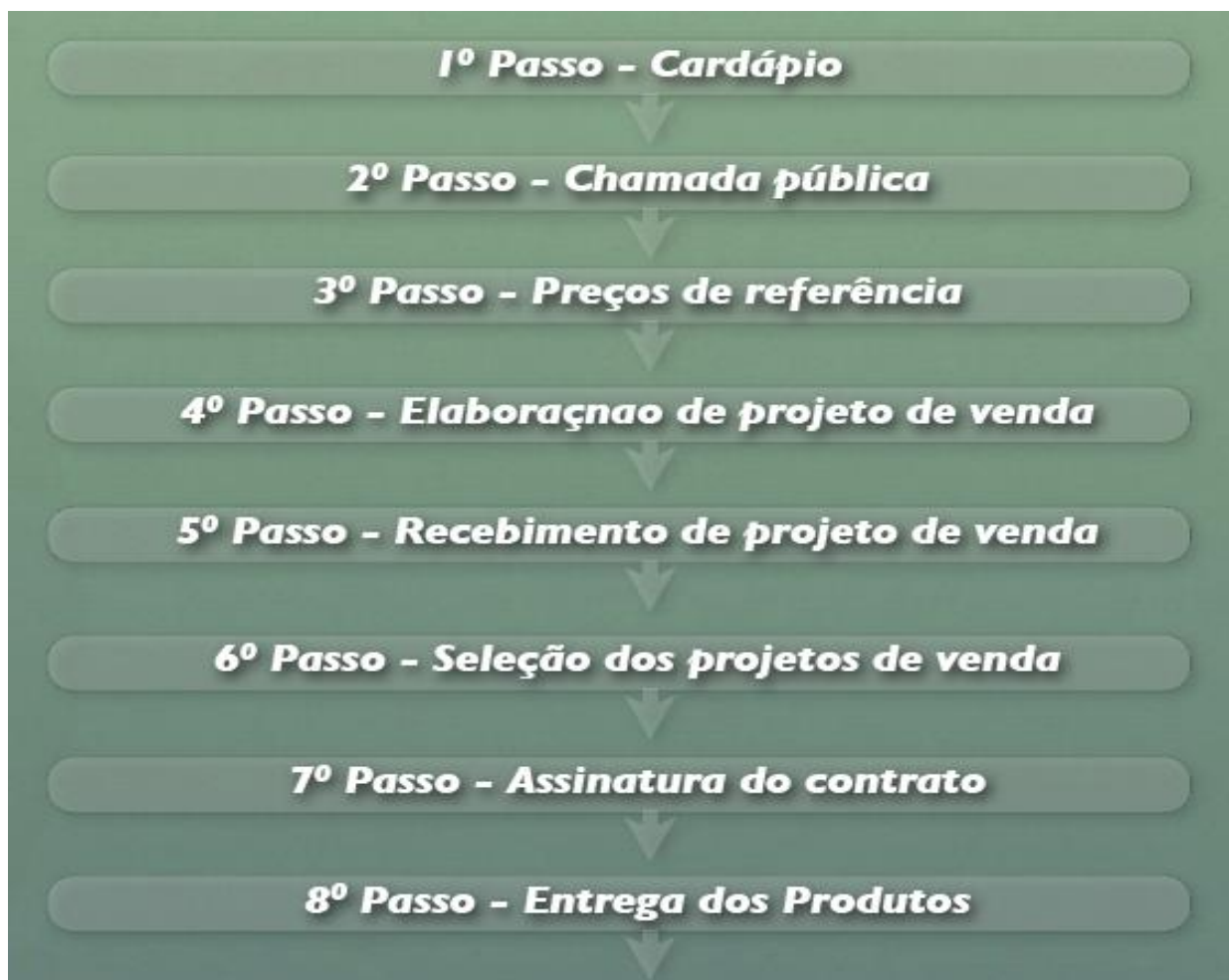


Figura 7: Operacionalização do PNAE.
Fonte: MDA, 2012

A primeira etapa trata-se da elaboração dos cardápios. Os cardápios que irão compor a alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, utilizando alimentos básicos para a alimentação dos alunos, respeitando as referências nutricionais, a cultura alimentar local, levando sempre em conta a diversificação agrícola da região, uma alimentação saudável e adequada, além da sustentabilidade. A nutricionista responsável técnica pelo programa deve reunir-se com o controle social, com a secretaria de agricultura, com a entidade de assistência técnica e extensão rural e as entidades da agricultura familiar para a elaboração dos cardápios. Os cardápios deverão oferecer obrigatoriamente, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana. É responsabilidade dos nutricionistas mapear os produtos da agricultura familiar, elaborar um cardápio adequado e informar a Entidade Executora sobre a demanda de alimentos (MDA, 2012).

A segunda etapa são as chamadas públicas. As entidades executoras (Secretarias Estaduais de Educação, prefeituras ou escolas) deverão publicar, por meio de Chamada Pública, em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, em página na internet e na forma de mural em local público de ampla circulação, quais os alimentos e a quantidade de cada um deles que desejam adquirir da agricultura familiar para alimentação escolar. Além disso, pode usar outros meios de divulgação como as rádios comunitárias. Os agricultores familiares e suas organizações precisam ficar atentos quanto às chamadas públicas (MDA, 2012).

A terceira etapa são os preços de referência. Os preços de referência servirão de parâmetro para os valores dos produtos a serem adquiridos, evidenciando que foi pago o preço justo, sendo atualizados semestralmente. Sendo que compras de até R\$ 100.000,00 por ano devem ter o preço vigente de vendas para o mercado varejista e compra que ultrapassam os R\$100.000,00 deve ter o preço vigente de vendas para o mercado atacadista (MDA, 2012).

A quarta etapa é a elaboração do projeto de venda. O projeto de venda é o documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares em vender para a Alimentação Escolar. O projeto de venda deverá ser elaborado pelo grupo formal para compras acima de R\$ 100.000,00 ou pelo grupo informal para compras abaixo de R\$ 100.000,00, sempre de acordo com a Chamada Pública. Devem assinar o documento o representante do grupo formal e os agricultores fornecedores do grupo informal (MDA, 2012).

A quinta etapa é o recebimento dos projetos de venda. A entrega do projeto de venda deve ser acompanhada da seguinte documentação de habilitação dos fornecedores: Os grupos informais precisam do Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de cada agricultor participante, CPF e Projeto de Venda. Os grupos formais precisam do Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, CNPJ, cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e Projeto de Venda. Quem recebe os projetos de venda, são as entidades executoras (MDA, 2012).

A sexta etapa é a seleção dos projetos de venda. A seleção dos projetos de venda deve ser realizada pela entidade executora e terão como prioridade, os projetos do município, da região, do território rural, do estado e do país. O limite individual de venda por agricultor familiar é de R\$ 9.000,00 por DAP/ano. Os produtos da agricultura familiar devem atender o que a legislação sanitária solicita e suas diretrizes. Que regulamenta o registro dos produtos e empreendimentos (MDA, 2012).

A sétima etapa temos a assinatura de contrato. O contrato estabelece requisitos como o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento dos agricultores familiares e todas as cláusulas de compra e venda. O contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar sem licitação para a alimentação escolar deverá ser assinado pela entidade executora, pela cooperativa ou associação (grupo formal) e/ou agricultores familiares (grupo informal) (MDA, 2012).

A última etapa é a entrega de produtos. De acordo com o cronograma, o início da entrega dos produtos deve ser iniciado. O representante da entidade executora e do grupo fornecedor deverá assinar o Termo de Recebimento da Agricultura Familiar, além da ciência da entidade articuladora, no caso dos grupos informais. Isso confirma que os produtos entregues estão de acordo com o contrato e com os padrões de qualidade exigidos. O Documento fiscal exigido são a nota do produtor rural, nota avulsa ou nota fiscal (MDA, 2012).

É válido lembrar que antes do cardápio é feito um orçamento onde de acordo com o repasse do governo federal e no censo escolar do ano anterior definindo o percentual da agricultura familiar é levantado um orçamento para o ano que entra em vigência.

A Lei nº 11.947/2009 é um marco para a agricultura familiar no PNAE, porque é através dessa lei que são garantidos no mínimo os 30% que devem ser comprados em gêneros alimentícios da agricultura familiar, sem intermediários e dispensando o processo licitatório. A agricultura familiar, principalmente se tratando de produtores que são caracterizados como informais para o programa, passou a ganhar maior participação dentro do programa.

As aquisições da agricultura familiar poderão ser realizadas dispensando-se o procedimento licitatório desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local. Na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos do município. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade. Os produtos da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais a serem fornecidos para alimentação escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos respeitando o limite de R\$ 9.000,00 DAP/ano (MDA, 2012).

4.2. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

A tabela 6 abaixo apresenta o aluno do DF: temos quase 30 mil alunos na rede de ensino formal.

Tabela 6: Alunado por ação do programa no DF.

Esfera	Município	Executora da Escola	Código/Nome da escola	Creche	Pré-escolar	Fundamental	Médio	Fundamental EJA	Médio EJA	AEE	Total
FEDERAL	BRASILIA	DEPARTAMENTO DE PLANEJ., ORÇAMENTO E FINANÇAS	53001354 / COL. MILITAR DE BRASILIA	0	0	8406	9312	0	0	0	17718
FEDERAL	BRASILIA	IFB - REITORIA - BRASILIA-DF	53006178 / INST FEDERAL DE BRASILIA - CAMPUS PLANALTIMA	0	0	0	2800	0	0	0	2800
FEDERAL	BRASILIA	IFB - REITORIA - BRASILIA-DF	53015215 / INST FEDERAL DE BRASILIA - CAMPUS BRASILIA	0	0	0	1668	0	0	0	1668
FEDERAL	BRASILIA	IFB - REITORIA - BRASILIA-DF	53015223 / INST FEDERAL DE BRASILIA - CAMPUS TAGUATINGA	0	0	0	1228	0	0	0	1228
FEDERAL	BRASILIA	IFB - REITORIA - BRASILIA-DF	53015231 / INST FEDERAL DE BRASILIA - CAMPUS SAMAMBAIA	0	0	0	2984	0	0	0	2984
FEDERAL	BRASILIA	IFB - REITORIA - BRASILIA-DF	53015240 / INST FEDERAL DE BRASILIA - CAMPUS GAMA	0	0	0	2176	0	0	0	2176
FEDERAL	BRASILIA	IFB - REITORIA - BRASILIA-DF	53015380 / INST FEDERAL DE BRASILIA - CAMPUS RIACHO FUNDO	0	0	0	356	0	0	0	356
FEDERAL	BRASILIA	IFB - REITORIA - BRASILIA-DF	53015398 / INST FEDERAL DE BRASILIA - CAMPUS TAGUATINGA CENTRO	0	0	0	460	0	0	0	460
FEDERAL	BRASILIA	IFB - REITORIA - BRASILIA-DF	53015401 / INST FEDERAL DE BRASILIA - CAMPUS SAO SEBASTIAO	0	0	0	196	0	0	0	196
***	***		/ Total	0	0	8406	21180	0	0	0	29586
			/								
			Total Geral	0	0	8406	21180	0	0	0	29586

Fonte: FNDE, 2013

Foram realizadas algumas entrevistas para levantar a relevância do programa no DF, observando três opiniões distintas com as funcionárias da EMATER, um produtor rural que já participou do programa e uma supervisora administrativa de uma escola pública do DF que cuida da questão dos alimentos na escola.

Primeiramente, foram entrevistadas duas funcionárias da EMATER – DF. Elas trabalham na gerência que cuida da parte de compras institucionais. As questões e respostas seguem a seguir.

1. Quem foram os responsáveis pela criação do programa?

Acredito que foi uma parceria entre o Ministério da Educação em conjunto com o FNDE.

2. Por que o PNAE foi criado? Houve, realmente, necessidade da sua criação?

O objetivo inicial do PNAE era propiciar uma alimentação para os alunos dos níveis fundamentais, que fossem de qualidade e que atendessem as necessidades nutritivas de cada aluno. Existiu sim a necessidade de criação até porque naquela época era uma demanda que existia e se tornou uma necessidade da população.

3. A partir de quando o PNAE faz aquisições da agricultura familiar? Por quê?

A partir do ano de 2009 com a lei 11.947/09. Essa medida foi necessária para a inserção dos agricultores familiares dentro desse programa.

4. Quem toma as decisões sobre o PNAE?

O FNDE e a Secretaria de Agricultura local.

5. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo programa?

Segundo as entrevistadas, são muitas as dificuldades. Mas a maior dificuldade é a falta de logística e planejamento por parte da Secretaria de Educação. Isso prejudica bastante nos editais para a compra, porque o período do alimento pedido e o alimento que é produzido são diferentes, e isso acaba prejudicando o produtor que nunca consegue estar dentro da entrega.

6. Quem pode ter acesso ao PNAE?

Agricultores familiares com DAP. Cooperativas e Associações com DAP jurídica para encaixar nos quesitos da 11.947/09.

7. Apenas produtores organizados em grupos (cooperativas ou associações) podem vender seus produtos?

Não, produtores familiares informais também podem vender.

8. Como o programa é operacionalizado?

As nutricionistas fazem o cardápio, depois consultam os técnicos para fazer a chamada e posteriormente a elaboração do projeto. Dando tudo certo, no final é fechado um contrato.

9. Quais órgãos do GDF que acessaram o programa?

Apenas Secretaria de Educação e o FNDE. A EMATER presta suporte aos produtores com questões inerentes ao assunto.

10. Como são divulgadas as chamadas públicas? Essa divulgação é eficiente?

Sai no diário oficial, depois vai para o site da secretaria de educação. A EMATER presta um bom serviço de divulgação das compras institucionais.

11. Qual é o nível de influência do PNAE no DF?

O nível é muito baixo.

Posteriormente foi realizada uma entrevista com um produtor rural, que faz parte da Associação dos Produtores de Alexandre Gusmã (Aspag).

1. Quais são os benefícios que o PNAE traz para o senhor?

Foi um programa que beneficiou não somente a minha pessoa, como também alguns companheiros de cooperativa. Me ajuda incentivando a trabalhar para conseguir alcançar os prazos pedidos, com a qualidade que eles querem.

2. Como o senhor considera o acesso ao programa? Quais foram os maiores desafios para se adequar as exigências do programa?

Para quem tem DAP Jurídica é mais fácil como foi o caso da minha cooperativa. Mas a única dificuldade é em fazer o DAP que tem alguns requisitos que não podem ser alcançado por alguns agricultores familiares.

3. O programa precisa ser melhorado em quais aspectos?

As chamadas devem ser mais organizadas, e não ir somente de acordo com o cardápio do nutricionista, mas ir de encontro também com a demanda da produção local pra não ficar comprando de outros estados.

4. Quantos produtores o senhor conhece que fazem parte do PNAE?

Quando a Aspag fazia parte do programa, todos os produtores de hortaliças da cooperativa faziam parte do programa.

E pra finalizar as entrevistas foram feitas algumas perguntas para uma supervisora administrativa de uma escola pública de Sobradinho – DF. Infelizmente esta escola não recebe alimentos do PNAE, mas de outro programa voltado a agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e que também adquire alimentos da agricultura familiar. Apesar de receberem alimentos do PAA, suas respostas foram mantidas, considerando a similaridade das dificuldades encontradas na operacionalização dos dois programas.

1. Todas as frutas e legumes recebidos pela a escola são adquiridos através de programas do governo como o PNAE?

Sim, mas não recebemos alimentos do PNAE. Somente do PAA. Existe uma proposta do PNAE, mas ainda precisa ser discutida.

2. Como você classifica a qualidade desses alimentos?

São alimentos de boa qualidade. Mas as vezes vem um pouco fraca a qualidade, mas no geral são ótimos alimentos!

3. Qual é o comportamento da criação em relação à merenda escolar?

Atualmente as crianças tem uma péssima educação alimentar o que acaba refletindo na baixa procura por hortaliças e frutas que fazem parte do cardápio saudável do intervalo. Os alunos só se interessam por fast food¹.

4. Como é o tratamento da equipe que recebe os alimentos? Aprova? Muito trabalho para preparar?

É uma excelente equipe que prepara a merenda escolar muito bem.

5. Os alimentos recebidos estão de acordo com a necessidade e o gosto dos alunos?

Não, porque os alunos desejam uma alimentação do estilo fast food e deixam os alimentos nutritivos e saudáveis para segundo plano.

6. Quais sugestões de melhora na distribuição e qualidade dos alimentos você daria?

¹ Fast food é o nome genérico dado ao consumo de refeições industrializadas que podem ser preparadas e servidas em um intervalo pequeno de tempo.

Que a quantidade alimentos in natura diminuísse e passassem a trazer mais alimentos voltados ao gosto dos alunos.

7. Você está satisfeita com o programa?

Sim porque apesar das falhas do programa, as entregas estão dentro do prazo.

Análise e resumo das entrevistas:

Apesar de ser um programa antigo, ainda precisa de ajustes e correções para as regiões diferenciadas como o caso do Distrito Federal. Apesar do trabalho da EMATER em divulgar o programa para a agricultura familiar, a falta de planejamento e logística, dificulta que bons resultados sejam alcançados. Falta também, o acesso à informação sobre o PNAE aos agricultores, associações e cooperativas, que por sua vez têm dificuldades de entendimento no momento da elaboração do projeto de venda. O programa deve passar por uma reestruturação profunda no Distrito Federal para que o número de agricultores familiares possa aumentar efetivamente já que são pouquíssimas cooperativas, associações e agricultores que trabalham com PNAE. O programa precisa evoluir bastante para chegar ao ponto em que não será mais necessário comprar alimentos de outros estados para abastecer o público local. Pode se perceber também, a falta de infraestrutura em algumas cooperativas e associações, o que dificulta a introdução de outros produtos alimentícios, o que leva a esses agricultores a não conseguirem atender aos pedidos que estão nos cardápios. Como formas de alavancar a inclusão de agricultores e instituições beneficiadas do PNAE, deve-se expandi-lo para outros produtores que ainda não tiveram acesso, através de divulgação com panfletos informativos, publicá-lo em canais de grande circulação, através dos técnicos da EMATER que prestam assistência técnica a estes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi realizado um levantamento do histórico de políticas públicas no país, evidenciando os momentos de maior impacto para a agricultura familiar, e as consequências surgiram a partir disso.

Buscou-se compreender os aspectos gerais de uma política pública voltada para a alimentação nas escolas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Visando demonstrar o processo de criação e o funcionamento do mesmo, e o impacto que esse programa tem na região do Distrito Federal.

Através da lei 11.947/09, o programa passou a garantir a obrigatoriedade de compra mínima de 30% para a agricultura familiar, criando um importante mercado com as compras institucionais do PNAE. Foi uma medida bem sucedida e que deve ser explorada ainda mais.

Nota-se que no Distrito Federal ainda existem grandes dificuldades do agricultor familiar se inserir nesse mercado institucional através deste programa governamental, uma vez que o DF tem um problema de planejamento no que diz respeito das chamadas, com editais que demoram muito tempo, e acaba prejudicando os agricultores que se encontram com produtos diferentes dos momentos em que são solicitados no cardápio.

No que diz ao objetivo inicial do trabalho, apresentar uma política pública de âmbito nacional voltada à agricultura familiar, como é feita sua operacionalização no DF e relatando algumas dificuldades, considera-se que ele obteve sucesso no marco legal, mas com restrições no Distrito Federal, pois foram encontradas muitas limitações referentes à fraca atuação do programa nessa região.

O PNAE se torna uma política pública diferenciada, por buscar uma melhor qualidade de vida para os alunos das escolas do país, ao mesmo tempo em que incentiva a produção da agricultura familiar que é peça fundamental no abastecimento nacional.

Graças a programas como o PNAE, entende-se que muitos produtores rurais familiares estão se tornando eficientes na sua produção e na gestão da sua propriedade. Isto vem a proporcionar melhor qualidade de vida aos produtores rurais, motivação para continuar no campo e satisfação em alimentar as crianças que representam o futuro do nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Mário Lúcio de. **Ação Pública Territorializada de Desenvolvimento Rural: O Caso do Território Águas Emendadas**. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO REGIONAL E SETORIAL DOS RECURSOS**. Soc. & Nat., Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011.

BORGES, Paulo Ricardo da Silva. **A Pupunha como alternativa econômica para a Agricultura Familiar do Distrito Federal** – Programa de Pós-Graduação em Gestão Florestal do Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias. Curitiba. Universidade do Paraná, 2011.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. **O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego de Renda no Estado do Ceará**. RESR, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 01, p. 129-156, jan/mar 2011- impressa em maio 2011.

DELGADO, G.C.; CONCEIÇÃO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Texto para Discussão nº. 1.145. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1145.pdf>. Acesso em: Novembro de 2013.

DELGADO, Nelson G. **Política agrícola ativa para a agricultura e MERCOSUL: observações a partir do caso brasileiro**. Estudos sociedade e agricultura, v.5, p.103-113, 1995.

DEL GROSSI, M.E. e MARQUES, V.P.M. **A Agricultura Familiar no Censo Agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação**. 2010.

DEL GROSSI, M. & MARQUES, V.P.M.A. & FRANÇA, C.G. Avanços e desafios das políticas de desenvolvimento rural no Brasil. In: Anais do VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas: Alasru, 2010.

EMPRESA DE ASSINTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL – EMATER DF. 2013. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/>>. Acesso em: Novembro de 2013.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programas – Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: Novembro de 2013.

FUSCALDI, K. **Programa de Aquisição de Alimentos: uma política de apoio à comercialização agrícola**. Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade. 48º Congresso SOBER. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/139.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2013.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero: documento-síntese**. In: GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro E.; FRANÇA, Caio G. Fome Zero: a experiência brasileira. Brasília (DF): MDA, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Passo a passo para a compra e venda da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br>. Acesso em: Novembro de 2013.

MULLER, A.L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NAZZARI, Rosana Kátia et al. Organização de Geysler Flor Bertolini, Lorene Terezinha Brandalise. **Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná**. 2. ed. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2010.

ORSI, S. D. **Desafios Institucionais para a Inserção das Pequenas Agroindústrias Rurais no Distrito Federal**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: < <http://www.emater.df.gov.br/> >. Acesso em: Novembro de 2013.

PÉRSICO, João Augusto. **Cartilha de acesso ao pronaf: saiba como obter crédito para a agricultura familiar**. Brasília/DF, 2011.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SOUZA, Paulo Marcelo de; NEY, Marlon Gomes; PONCIANO, Nivaldo José. **Evolução da Distribuição dos Financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no Período de 1999 a 2009**. RBE Rio de Janeiro, v. 65, n. 3/p. 303-313, jul-set 2011.